



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 12 2009	0h25min	53ª Sessão Extraordinária	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 53ª
(QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009.**

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está aberta a sessão extraordinária.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Bispo Renato a secretariar os trabalhos da Mesa.

Apreciaremos o projeto do pessoal que está na galeria, daremos prioridade a ele.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, aproveitando a boa vontade de V.Exa., eu quero dizer que a mais antiga em pauta é a 1.494, que foi aprovada há mais de uma semana. Hoje, portanto, eles estão aguardando a tarde toda pela votação em segundo turno da matéria, que trata da alteração sem aumento de despesa na denominação das carreiras finanças e controle, planejamento e orçamento do quadro de pessoal do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Item nº 1:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.494, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a alteração,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 12 2009	0h25min	53ª Sessão Extraordinária	2

sem aumento de despesa na denominação das carreiras finanças e controle e planejamento e orçamento do quadro de pessoal do Distrito Federal, bem assim sua reestruturação e organização, e dá outras providências”.

A Presidência designa o Deputado Milton Barbosa para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Milton Barbosa, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre as emendas apresentadas de segundo turno.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais às emendas de segundo turno apresentadas ao Projeto de Lei nº 1.494, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a alteração, sem aumento de despesa na denominação das carreiras finanças e controle e planejamento e orçamento do quadro de pessoal do Distrito Federal, bem assim sua reestruturação e organização, e dá outras providências”.

Trata-se da Emenda Modificativa de Plenário nº 1, da Emenda Modificativa de Plenário nº 2, da Emenda Aditiva de Plenário nº 3, da Emenda Supressiva de Plenário nº 4.

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, o parecer é pela aprovação de todas as emendas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre as emendas. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre as emendas apresentadas de segundo turno.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças às emendas de segundo turno apresentadas ao Projeto de Lei nº 1.494, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a alteração, sem aumento de despesa na denominação das carreiras finanças e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 12 2009	0h25min	53ª Sessão Extraordinária	3

controle e planejamento e orçamento do quadro de pessoal do Distrito Federal, bem assim sua reestruturação e organização, e dá outras providências”.

As emendas foram apresentadas à Casa após a aprovação do projeto no primeiro turno. Portanto, estamos neste segundo turno tratando exclusivamente das emendas. Como já bem disse o Deputado Milton Barbosa, relatando a matéria pela Comissão de Assuntos Sociais, no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, somos pelo acolhimento das emendas, que são elas: a Emenda Modificativa de Plenário nº 1, a Emenda Modificativa de Plenário nº 2, a Emenda Aditiva de Plenário nº 3, a Emenda Supressiva de Plenário nº 4. Todas elas são assinadas por vários Deputados. Somos, portanto, pela aprovação das emendas, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre as emendas. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Chico Leite para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Chico Leite, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre as emendas apresentadas de segundo turno. (Pausa.)

A Presidência designa o Deputado Dr. Charles para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Dr. Charles, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre as emendas apresentadas de segundo turno.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da parecer da Comissão de Constituição e Justiça às emendas de segundo turno apresentadas ao Projeto de Lei nº 1.494, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a alteração, sem aumento de despesa na denominação das carreiras finanças e controle e planejamento e orçamento do quadro de pessoal do Distrito Federal, bem assim sua reestruturação e organização, e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, com relação à Emenda Modificativa de Plenário nº 1, à Emenda Modificativa de Plenário nº 2, à Emenda Aditiva de Plenário nº 3 e à Emenda Supressiva de Plenário nº 4, somos pela sua admissibilidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 12 2009	0h25min	53ª Sessão Extraordinária	4

Esta admissibilidade é de absoluta justiça, que recebam realmente o aumento todos vocês. Esqueci de citar a assistência social que também, como todos os outros, merecem e muito esse aumento.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre as emendas. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados. Houve 4 ausências.

Em discussão, em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados. Houve 4 ausências.

DEPUTADO BISPO RENATO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa., até em atenção às pessoas que estiveram aqui durante todo o dia. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.494, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a alteração, sem aumento de despesa na denominação das carreiras finanças e controle e planejamento e orçamento do quadro de pessoal do Distrito Federal, bem assim sua reestruturação e organização, e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 12 2009	0h25min	53ª Sessão Extraordinária	5

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 2:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.510, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a reestruturação da carreira pública de assistência social do Distrito Federal e dá outras providências”.

Em discussão, em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O Projeto de Lei nº 1.510, de 2009, está aprovado em segundo turno com a presença de 20 Deputados. Houve 4 ausências.

DEPUTADO BISPO RENATO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa., até para que este pessoal saia daqui feliz e realizado com a votação do projeto que diz respeito à carreira deles. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.510, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a reestruturação da carreira pública de assistência social do Distrito Federal e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 3:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 12 2009	0h25min	53ª Sessão Extraordinária	6

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.511, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a criação da Carreira de Fiscalização de Atividades de Limpeza Urbana do Distrito Federal e dá outras providências”.

Em discussão, em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O Projeto de Lei nº 1.511, de 2009, está aprovado em segundo turno com a presença de 20 Deputados.

DEPUTADO BISPO RENATO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.511, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a criação da Carreira de Fiscalização de Atividades de Limpeza Urbana do Distrito Federal e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 4:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.512, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “cria a carreira de Planejamento e Gestão Urbana no Quadro de Pessoal do Governo do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Em discussão, em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 12 2009	0h25min	53ª Sessão Extraordinária	7

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O Projeto de Lei nº 1.512, de 2009, está aprovado em segundo turno com a presença de 20 Deputados. Houve 4 ausências.

DEPUTADO BISPO RENATO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.512, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “cria a carreira de Planejamento e Gestão Urbana no Quadro de Pessoal do Governo do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 5:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.513, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “estende a Gratificação de Exercício Temporário de Atividade Penitenciária – GETAP aos integrantes da carreira Atividades Penitenciárias do Quadro de Pessoal do Distrito Federal”.

Em discussão, em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados. Houve 4 ausências.

DEPUTADO BISPO RENATO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 12 2009	0h25min	53ª Sessão Extraordinária	8

DEPUTADO BISPO RENATO (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.513, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “estende a Gratificação de Exercício Temporário de Atividade Penitenciária – GETAP aos integrantes da carreira Atividades Penitenciárias do Quadro de Pessoal do Distrito Federal”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 6:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar nº 132, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera dispositivos da Lei Complementar nº 770, de 15 de julho de 2008, que institui o Programa Bolsa Universitária, nas modalidades que especifica, e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 12 2009	0h25min	53ª Sessão Extraordinária	9



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM 16/12/2009

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO COM EMENDA(S) ANEXO
 EMENDAS AP. NºS _____ EMENDAS REJ. NºS _____
 CCJ CEOF CAS CDDHCEDP CAF CDC CES CSEG CDESCMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 132/09 _____
 PROJETO DE LEI Nº(S) _____
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) _____
 OUTROS _____
 VOTO EM SEPARADO FAVORÁVEL CONTRÁRIO _____

Autor: Deputado(a): _____

Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	ALÍRIO NETO	PPS	X				
	AYLTON GOMES	PR	X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	PSC	X				
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LEITE	PT	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ELIANA PEDROSA	DEM	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT	X				
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	JAQUELINE RORIZ	PMN				X	
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO RORIZ	DEM	X				
	PAULO TADEU	PT	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB	X				
	REGUFFE	PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM				X	
	TOTAL	---	22			02	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. Bispo Renato
CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ _____ Nº _____ / _____

FOLHA Nº _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 12 2009	0h25min	53ª Sessão Extraordinária	10

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 22 votos favoráveis. Houve 2 ausências. Está aprovado.

DEPUTADO BISPO RENATO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato.

DEPUTADO BISPO RENATO (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 132, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera dispositivos da Lei Complementar nº 770, de 15 de julho de 2008, que institui o Programa Bolsa Universitária, nas modalidades que especifica, e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 7:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.414, 2009, de autoria do Poder Executivo, que “estabelece a pauta de valores venais dos veículos automotores do Distrito Federal para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA para o exercício de 2010 e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 12 2009	0h25min	53ª Sessão Extraordinária	11



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 16/12/2009

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM 16/12/2009

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO COM EMENDA(S) ANEXO
 EMENDAS AP. NºS _____ EMENDAS REJ. NºS _____
 CCJ CEOP CAS CDDHCEDP CAF CDC CES CSEG CDESCMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI Nº(S) 1.414/09
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) _____
 OUTROS _____
 VOTO EM SEPARADO FAVORÁVEL CONTRÁRIO _____

Autor: Deputado(a): _____

Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	ALÍRIO NETO	PPS	X				
	AYLTON GOMES	PR	X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	PSC	X				
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LEITE	PT	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ELIANA PEDROSA	DEM	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT	X				
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	JAQUELINE RORIZ	PMN				X	
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO RORIZ	DEM	X				
	PAULO TADEU	PT	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB	X				
	REGUFFE	PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	RONEY NEMER	PMDB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM				X	
	TOTAL	---	22			02	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. Bispo Renato
CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ Nº /

FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 12 2009	0h25min	53ª Sessão Extraordinária	12

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 22 votos favoráveis. Houve 2 ausências.

Está aprovado.

DEPUTADO BISPO RENATO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato.

DEPUTADO BISPO RENATO (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.414, 2009, de autoria do Poder Executivo, que “estabelece a pauta de valores venais dos veículos automotores do Distrito Federal para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA para o exercício de 2010 e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 8:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.416, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “estabelece os valores da Taxa de Limpeza Pública – TLP para o exercício de 2010 e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 12 2009	0h25min	53ª Sessão Extraordinária	13



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 16/12/2009

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM 16/12/2009

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO COM EMENDA(S) ANEXO
 EMENDAS AP. NºS _____ EMENDAS REJ. NºS _____
 CC CEOP CAS CDDHCEDP CAF CDC CES CSEG CDESCMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI Nº(S) 1416/09 _____
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) _____
 OUTROS _____
 VOTO EM SEPARADO FAVORÁVEL CONTRÁRIO _____

Autor: Deputado(a): _____

Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	ALÍRIO NETO	PPS	X				
	AYLTON GOMES	PR	X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	PSC	X				
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LEITE	PT	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ELIANA PEDROSA	DEM	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT	X				
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	JAQUELINE RORIZ	PMN				X	
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO RORIZ	DEM	X				
	PAULO TADEU	PT	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB	X				
	REGUFFE	PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM				X	
	TOTAL	---	22			02	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. Bispo Renato

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ _____ Nº _____ / _____

FOLHA Nº _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 12 2009	0h25min	53ª Sessão Extraordinária	14

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 22 votos favoráveis. Houve 2 ausências.

Está aprovado.

DEPUTADO BISPO RENATO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato.

DEPUTADO BISPO RENATO (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.416, 2009, de autoria do Poder Executivo, que “estabelece os valores da Taxa de Limpeza Pública – TLP para o exercício de 2010 e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 9:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.468, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 11.500.000,00 (onze milhões e quinhentos mil reais)”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 22 Deputados. Houve 2 ausências.

DEPUTADO BISPO RENATO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 12 2009	0h25min	53ª Sessão Extraordinária	15

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato.

DEPUTADO BISPO RENATO (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.468, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 11.500.000,00 (onze milhões e quinhentos mil reais)”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 10:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.504, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 25.136.486,00 (vinte e cinco milhões cento e trinta e seis mil e quatrocentos e oitenta e seis reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 22 Deputados. Houve 2 ausências.

DEPUTADO BISPO RENATO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato.

DEPUTADO BISPO RENATO (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 12 2009	0h25min	53ª Sessão Extraordinária	16

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.504, 2009, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 25.136.486,00 (vinte e cinco milhões cento e trinta e seis mil e quatrocentos e oitenta e seis reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 11:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.503, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o licenciamento para funcionamento de atividades econômicas e atividades sem fins lucrativos no âmbito do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 12 2009	0h25min	53ª Sessão Extraordinária	17



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

13.1

DATA: 16/12/2009

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM 16/12/2009

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO COM EMENDA(S) ANEXO
 EMENDAS AP. NºS _____ EMENDAS REJ. NºS _____
 CCJ CEOF CAS CDDH CDP CAF CDC CES CSEG CDESCMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI Nº(S) 1503/09 _____
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) _____
 OUTROS _____
 VOTO EM SEPARADO FAVORÁVEL CONTRÁRIO

Autor: Deputado(a): _____

Relator: Deputado(a): _____

Executivo

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	ALÍRIO NETO	PPS	X				
	AYLTON GOMES	PR	X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	PSC	X				
	CABO PATRÍCIO	PT		X			
	CHICO LEITE	PT		X			
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ELIANA PEDROSA	DEM	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT		X			
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	JAQUELINE RORIZ	PMN				X	
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO RORIZ	DEM	X				
	PAULO TADEU	PT		X			
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB	X				
	REGUFFE	PDT		X			
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM				X	
	TOTAL	---	27	05			02

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. Bispo Renato
CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ Nº 1

FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 12 2009	0h25min	53ª Sessão Extraordinária	18

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis, 5 votos contrários. Houve 2 ausências.

Está aprovado o Projeto de Lei nº 1.503, de 2009, em segundo turno.

DEPUTADO BISPO RENATO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.503, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o licenciamento para funcionamento de atividades econômicas e atividades sem fins lucrativos no âmbito do Distrito Federal”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 12:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.514, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera as tabelas de vencimento básico da carreira de enfermeiro do quadro de pessoal do Distrito Federal e dá outras providências”.

Em discussão, em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 22 Deputados. Houve 2 ausências.

DEPUTADO BISPO RENATO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 12 2009	0h25min	53ª Sessão Extraordinária	19

DEPUTADO BISPO RENATO (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.514, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera as tabelas de vencimento básico da carreira de enfermeiro do quadro de pessoal do Distrito Federal e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 13:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Resolução nº 77, de 2009, de autoria da Mesa Diretora, que “altera, sem aumento de despesa, a estrutura organizacional do Fundo de Assistência à Saúde dos Deputados Distritais e Servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal – FASCAL”.

Em discussão, em segundo turno, o presente projeto de resolução. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 22 Deputados. Vinte e um Parlamentares votaram “sim” e houve uma abstenção, do Deputado Reguffe.

DEPUTADO BISPO RENATO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 12 2009	0h25min	53ª Sessão Extraordinária	20

Discussão da redação final do Projeto de Resolução nº 77, de 2009, de autoria da Mesa Diretora, que “altera, sem aumento de despesa, a estrutura organizacional do Fundo de Assistência à Saúde dos Deputados Distritais e Servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal – FASCAL”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

Item nº 14:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.383, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2010”.

Em discussão, em segundo turno.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só desejo dizer que quero discutir.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Fique à vontade, Deputado. V.Exa. pode discutir.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, sem prejuízo da discussão que o Deputado Chico Leite venha fazer, porque seguramente não se perderá, o que solicito é que não votemos o segundo turno da LOA hoje. Nós temos, em verdade, outras discussões a serem efetivadas.

Nós temos, Sr. Presidente, uma comissão especial que tem que ser construída. Nós temos uma CPI que precisa ter o seu procedimento determinado. Se votarmos a LOA em segundo turno, nós vamos automaticamente entrar em recesso. Nós temos 3 processos de investigação em curso nesta Casa. Dois deles precisam ainda de prosseguimentos.

Isso quer dizer, Sr. Presidente, que V.Exa. votará a LOA em segundo turno e nós não vamos ter os membros da CPI indicados?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 12 2009	0h25min	53ª Sessão Extraordinária	21

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Tenha certeza, Deputada, de que cumprirei com todos os acordos que foram feitos. Votaremos todos os itens que V.Exa. elencou, após a votação desse projeto aí.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, V.Exa. não está entendendo, infelizmente. Eu sugiro, Sr. Presidente, que, inclusive, suspendêssemos essa sessão neste momento porque existe ainda a CPI. Não vão ser indicados os nomes?

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Vamos indicar, Deputada. Estou falando para V.Exa. que está garantido tudo que V.Exa. disse. É de interesse da Casa, é de interesse de nós, Deputados.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, V.Exa. não está entendendo o seguinte: nós já estamos no dia 16, portanto já estamos após o último dia do ano legislativo. Votada a LOA, encerra-se, não se aprecia mais nada, porque nós já estamos no dia 16. O ano legislativo encerra-se no dia 15, tendo votado a LOA. Se votar a LOA em segundo turno, não se vota mais nada. Não se aprecia mais nada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Regimentalmente, não tem nada que impeça a votação da LOA e que votemos os outros projetos logo após. Eu consultei a assessoria da Mesa. Esse é o deferimento, Deputada. Podemos votar o que quisermos votar. Não vou encerrar a sessão, está bem?

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, então V.Exa. está indeferindo o meu pedido para que não apreciemos e não entremos em recesso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Nós não vamos entrar em recesso, nós vamos continuar votando e apreciando todas as matérias elencadas por V.Exa. É acordo desta Casa. Eu estou deferindo a serviço desta votação. Pode ficar tranquila.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, se vai haver mais concessões de palavras, eu também falarei. O fato de votarmos em segundo turno a LOA não nos impede de ter outras votações após. O que não se pode é encerrar os trabalhos legislativos sem votar a LOA. Contudo, podemos tomar outras decisões após votado o segundo turno. Nada nos impede.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Eu cumprirei com o acordo.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a minha observação é exatamente no sentido daquela que faz a Deputada Eliana Pedrosa, que é o que o Regimento Interno diz: nós votaremos o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 12 2009	0h25min	53ª Sessão Extraordinária	22

segundo turno da LOA e nenhum dos compromissos que foram assumidos serão votados. Entendo que o grupo está aqui agora já negociando a ordem da votação, incluindo a da composição da CPI, que deixaremos votada também na noite de hoje. Então, encaminho para que V.Exa., logo que termine as participações dos inscritos, coloque o segundo turno da LOA em votação.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra, antes do meu debate. Fico preocupado com a questão regimental invocada pela Deputada Erika Kokay e que, segundo a nossa assessoria técnica tem razão, se haveria efetivamente o encerramento do ponto de vista regimental.

Eu não estou aqui levantando o debate acerca do entendimento procedimental que foi feito. Aliás, mais de uma vez eu fui ao microfone para deixar claro que houve um entendimento procedimental, primeiro, de votar se votaríamos ou não a LOA; segundo, se haveria ou não a autoconvocação a partir do recurso impetrado por alguns Deputados, à frente, Deputado Alírio Neto e Deputado Raimundo Ribeiro; se efetivamente instalaríamos a CPI; e se haveria comissão especial ou CCJ. Foram os 4 itens de dissenso no debate que ficamos de colocar em votação aqui em público, em voto aberto ostensivo.

Eu debati há pouco e pensava se nós poderíamos, para evitar o problema regimental... Eu faço política de maneira muito honesta, muito transparente, dizendo o que penso com os posicionamentos e respeitando muito o que os outros pensam. Essa é a minha forma de ser. Tenho o meu posicionamento, mas respeito a diversidade. Esse é o meu jeito de ser, sempre foi. Eu não faço conchavos, não tenho conversas sigilosas, não faço debate por baixo do pano. Creio que isso é horrível e é também uma forma de corrupção.

Sr. Presidente, eu quero sugerir, para esse efeito, que nós pudéssemos colocar esses itens em votação e, em seguida, passaríamos à votação da LOA. Se houver problema regimental... Eu não estou aqui duvidando de nenhum entendimento procedimental. Quero deixar claro isso. Eu não estou duvidando de nenhum entendimento procedimental que foi feito.

Da votação dos 4 itens, eu apenas gostaria que V.Exa. fizesse um questionamento à assessoria de Plenário se essa ordem não viola o Regimento Interno, já que estamos no dia 16. Somente para que não tenhamos nulidade de nenhum processo de votação nesta Casa.

É esta a minha questão, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Respondendo à questão de V.Exa., eu consultei a assessoria da Mesa e fui informado de que nada nos impede de votarmos a LOA e votarmos qualquer outra matéria após esta votação. Apenas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 12 2009	0h25min	53ª Sessão Extraordinária	23

será considerado o término da sessão quando houver o seu encerramento com os seguintes dizeres: “está encerrada a presente sessão”. Nesse caso, ficam encerradas as votações.

Nós não iremos fazer isso, pois o acordo é para votarmos todas as matérias, acordos esses que foram construídos no cafezinho. V.Exa tem a minha palavra de que não iremos encerrar a sessão após a votação da LOA.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes que se vote em segundo turno a LOA, o que permitirá o encerramento desta Sessão Legislativa, eu queria saber da Mesa Diretora e da Presidência desta Casa qual é o posicionamento com relação ao requerimento de autoconvocação da Câmara Legislativa. Autoconvocação sem nenhum custo adicional para o contribuinte. Já que há um escândalo, um grave escândalo, e a população quer uma resposta do seu Poder Legislativo.

Então o meu questionamento, a minha questão, é saber qual é o posicionamento da Mesa Diretora desta Casa com relação ao requerimento de autoconvocação desta Casa no período do recesso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Desde o primeiro momento, Deputado Reguffe, a Mesa Diretora não foi omissa a nenhum ato, a nenhum procedimento e a nenhum pedido feito nesta Casa.

Portanto, todos os requerimentos foram colocados em discussão e votação. E serão colocados em discussão e votação o requerimento para a instalação da CPI e todas as solicitações feitas por V.Exas., tudo será apreciado.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria aproveitar a oportunidade da observação feita pelo Deputado Reguffe sobre os requerimentos de convocação desta Casa, e deixar claro, até para que possamos deixar tudo bem transparente naquilo que é o trabalho do Poder Legislativo, o Poder fiscalizador, e dizer que a Câmara Legislativa tem dois requerimentos neste momento, e os dois requerimentos são de convocação desta Casa. De autoconvocação, como bem foi dito pelo Deputado Reguffe, sem nenhum custo aos cofres públicos, mas que efetivamente busca fiscalizar e dar continuidade ao trabalho deste Poder Legislativo.

Portanto, esta Casa tem neste momento a discussão, em um dos requerimentos, se ficamos imediatamente autoconvocados, ou se, pelo segundo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 12 2009	0h25min	53ª Sessão Extraordinária	24

requerimento, essa convocação seria a partir do dia 7, que é a proposta que tem sido discutida nesse momento.

Então temos duas autoconvocações assinadas neste momento com o número regimental de Parlamentares. Um requerimento consta de 8 assinaturas e o outro com 10 ou 13 assinaturas, se não me engano, mas isso pouco importa, mas que também acaba cumprindo aquilo que o Regimento Interno exige para a autoconvocação.

Obviamente são proposições que diferem. Obviamente, teremos que tomar um posicionamento sobre esse item, se nós vamos optar pela autoconvocação imediata, ou se nós vamos optar pela autoconvocação a partir do dia 7, que coincidentemente também é o dia em que o Poder Judiciário retorna o seu trabalho. Na verdade o Poder Judiciário entra de recesso, eu não me lembro o dia, mas sei que retorna no dia 7, se não me engano.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Alírio Neto, eu entendi a questão de V.Exa. Portanto, eu vou fazer aqui o encaminhamento. Depois da votação, em segundo turno, da LOA, nós iremos suspender a sessão e acordaremos, coletivamente, como deveremos proceder. Em seguida, apreciaremos os requerimentos que foram citados.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu sugiro que V.Exa. suspenda a sessão para apreciarmos o prosseguimento, porque esse requerimento de autoconvocação a partir do dia 7, se não me falha a memória, e me corrijam se eu estiver errada — eu não conheço o requerimento —, diz respeito apenas à autoconvocação para trabalhos relativos à Comissão Parlamentar de Inquérito. Temos outro requerimento que, a nosso ver, é compulsório e não deveria ser submetido à apreciação do Plenário. É o que diz a Lei Orgânica do Distrito Federal. Ele diz respeito à autoconvocação para apreciação do crime de responsabilidade, como prevê a Lei Orgânica do Distrito Federal. Parece-me que V.Exa. já fez esse encaminhamento, mas eu sugeriria que pudéssemos suspender a sessão e apreciar esses requerimentos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Erika Kokay, eu indefiro a sugestão de V.Exa. Colocarei em apreciação a LOA em segundo turno e, logo após, suspenderei a sessão para o encaminhamento das proposições a respeito da CPI e dos requerimentos.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, então V.Exa. apreciará antes o segundo turno da Lei Orçamentária Anual.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Apreciaremos em segundo turno a LOA. Assim como o Deputado Cabo Patrício tão bem conduziu esta sessão, nem eu



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 12 2009	0h25min	53ª Sessão Extraordinária	25

nem os Deputados da bancada da Situação presentes nos furtaremos da presença na discussão aqui colocada.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – A discussão que de V.Exa. fala é sobre as CPIs, os nomes que comporão as CPIs, a discórdia ou a falta de acordo que há sobre o processo de autoconvocação. É isso?

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Tudo, Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – E também da Comissão Especial.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Pois não, Deputada. É isso. Tudo isso está acordado.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a Deputada Erika Kokay quer mais discussão. Só hoje, tivemos pelo menos 5 horas de discussão. Foram 3 horas no início da tarde e 2 horas agora no meio da noite. Eu acho que tudo o que tinha para se conversar foi conversado. Agora veremos a posição de cada Parlamentar nesta Casa. Chega de discussão! Cinco horas me parecem mais que suficiente. Acho que todo mundo agora, neste momento, já tem elementos suficientes para apresentar o seu voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item nº 14:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.383, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2010.”

Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu me manifestei contrariamente – e foi a primeira vez que assim o fiz –, primeiramente, a que votássemos a Lei Orçamentária Anual e, no mérito, à sua aprovação. E o fiz não porque tenha qualquer dúvida quanto ao trabalho da Comissão referenciado no nosso representante, o Deputado Paulo Tadeu, e com o testemunho dos técnicos do bem cuidado labor com que encerrou o Presidente da Comissão, Deputado Cristiano Araújo, acautelando-se inclusive quanto aos cortes em áreas extremamente suspeitas e investindo toda uma vontade política no atendimento de servidores e servidoras, no atendimento dos reclamos sociais dos programas fundamentais. Então, o trabalho da Câmara Legislativa foi elogiável, foi um trabalho preocupado. Se tivéssemos mais tempo, na minha modesta opinião, talvez esse trabalho pudesse, com aprofundamento, ter sido feito da forma como a sociedade estimava. Mas quero ressaltar aqui o trabalho da Comissão e o trabalho da Casa Legislativa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 12 2009	0h25min	53ª Sessão Extraordinária	26

Ressalvo, no entanto, Sr. Presidente, que no Orçamento constam como destinatárias empresas diversas vezes citadas em depoimentos, em investigações. Inúmeras foram as citadas aqui. Hoje inclusive estão dispersas nas mais variadas Secretarias, nos mais variados órgãos. Por isso, oferecem extrema dificuldade ao trabalho de fiscalização da própria Comissão, que sei que foi feito. De maneira que a suspeita que pesa sobre esse trabalho do Poder Executivo não me deixaria em paz para votar favoravelmente ao Orçamento. Por isso é que me manifestei negativamente.

Temo que, aprovando-o no futuro, quanto ao trabalho do Poder Executivo, tenhamos que voltar lamentavelmente ao debate e que se reproduza, meu Presidente, todo esse espetáculo ruim para a Casa Legislativa, para o Poder Executivo, para a Capital da República, que tanto amamos e que escolhemos para criar nossos filhos. Temo por isso, Sr. Presidente. Por isso me manifestei negativamente. Fiz esse registro.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, às vezes, eu penso que têm razão os filósofos que discutem essa modernidade líquida ou pós-modernidade, como dizem alguns, quando dizem que estamos saindo de uma fase de neurose coletiva – e a neurose imputa muita culpa – e estamos adentrando numa psicopatia coletiva. Na psicopatia, não há culpa.

Quando vejo, Sr. Presidente, o Governador do Distrito Federal dizer para um órgão de imprensa que quer concluir o seu mandato para limpar o Distrito Federal de uma corrupção herdada, acho que tem razão quem diz que adentramos uma psicopatia, pelo menos pontuada em algumas declarações.

Também me surpreende esta Casa querer navegar em uma normalidade que não é sentida nesta cidade. Recentemente uma pesquisa indica que quase 80% da população do Distrito Federal têm uma percepção de que o Governador está envolvido nesses escândalos.

Quando votamos o Orçamento – e aí está dialeticamente e não cartesianamente a vinculação das discussões –, estamos entrando em recesso. Isso significa que estaremos cobrindo esta Casa com um manto que a separa da sociedade, que exige a investigação e o rompimento dessa psicopatia bem concentrada.

Votar o Orçamento – e, por isso, votamos contra em primeiro turno e votaremos contra em segundo turno – indica duas coisas: a primeira delas é que estão dadas as condições para entrarmos em recesso e os Parlamentares entrarem de férias; a segunda é votar um orçamento que está no epicentro ou que traz uma



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 12 2009	0h25min	53ª Sessão Extraordinária	27

série de empresas que estão envolvidas com o suposto esquema de corrupção. Nós estaremos aprovando verbas, apesar de todo o esforço que houve – mas não houve tempo – da CEOF e dos Parlamentares, para a Vertax, Uni Repro, Infoeducacional, Sangari, LinkNet e Adler. Essas são as que conseguimos depreender, não são todas, porque há mais empresas que estão sendo citadas.

Não havia necessidade nenhuma de aprovarmos esse Orçamento no dia de hoje. Poderíamos estar fazendo essa aprovação daqui a uma semana ou 10 dias, com plena segurança de que o dinheiro que vai hoje para essas empresas estaria indo para as nossas políticas sociais, tão combatidas.

Sr. Presidente, por esses dois motivos, porque é salvo-conduto para o recesso e porque o Orçamento destina verba para essas empresas, nós votaremos contra o Orçamento.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 12 2009	0h25min	53ª Sessão Extraordinária	28



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 16/12/2009

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM 16/12/2009

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO COM EMENDA(S) ANEXO
 EMENDAS AP. NºS _____ EMENDAS REJ. NºS _____
 CCJ CEOF CAS CDDHCEDP CAF CDC CES CSEG CDESCTMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI Nº(S) 1.383/09 _____
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) _____
 OUTROS _____
 VOTO EM SEPARADO FAVORÁVEL CONTRÁRIO

Autor: Deputado(a): _____

Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	ALÍRIO NETO	PPS	X				
	AYLTON GOMES	PR	X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	PSC	X				
	CABO PATRÍCIO	PT		X			
	CHICO LEITE	PT		X			
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ELIANA PEDROSA	DEM	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT		X			
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	JAQUELINE RORIZ	PMN				X	
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO RORIZ	DEM	X				
	PAULO TADEU	PT		X			
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB	X				
	REGUFFE	PDT		X			
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB		X			
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM				X	
	TOTAL	---	16	06		2	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. Renato Andrade

CONSOLIDADO POR Bispo Renato

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ Nº 1

FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 12 2009	0h25min	53ª Sessão Extraordinária	29

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis e 6 votos contrários. Houve 2 ausências.

Está aprovado.

DEPUTADO BISPO RENATO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato.

DEPUTADO BISPO RENATO (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.383, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “estima receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2010”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo para declaração de voto.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero agradecer, de maneira geral, a todos os técnicos que me ajudaram na elaboração desse Orçamento e a todos os Parlamentares, especialmente o Deputado Chico Leite e o Deputado Paulo Tadeu.

Nós procuramos fazer o Orçamento da maneira mais transparente possível. Cortamos mais de 90 milhões da informática, devido a essas crises. Acrescentamos para educação e saúde. Contemplamos dinheiro para os concursados, para que possam ser chamados. Reduzimos dinheiro de publicidade também. Então, procuramos fazer o Orçamento de uma maneira mais transparente e mais limpa possível, buscando dar uma resposta para a sociedade lá fora.

É essa imagem que quero deixar hoje registrada neste plenário. Quero agradecer a todos os técnicos que me ajudaram na elaboração.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay para declaração de voto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 12 2009	0h25min	53ª Sessão Extraordinária	30

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a primeira coisa é que nós deveríamos nos dedicar a estabelecer uma emenda à Lei Orgânica para termos critérios mais rígidos de idoneidade das empresas. É inadmissível que tenhamos uma empresa, como a Linknet, envolvida em tantos escândalos, parece-me até com uma ação de confisco de bens dos seus donos, e que ela continue prestando serviços para o Distrito Federal. Então, eu acho que deveríamos estudar a perspectiva de entrarmos com uma proposta de emenda a Lei Orgânica, para criarmos critérios mais rígidos de idoneidade, a fim de que possamos ter mais segurança em todo este procedimento.

Sr. Presidente, eu gostaria também de perguntar se há algum Parlamentar desta Casa que tem absoluta segurança de que os recursos que foram repassados para estas empresas serão utilizados de forma republicana e serão utilizados para o povo do Distrito Federal sem qualquer tipo de desvio de recurso ou de posturas ou de condutas. Eu gostaria apenas de saber se todos os Parlamentares têm absoluta segurança neste sentido.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito para declaração de voto. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa para declaração de voto.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, prezados colegas, eu votei “sim” pelo Orçamento. Votei “sim” pelo Orçamento porque conheço profundamente como funcionam os orçamentos anuais. Ao longo de todos esses anos, esta Casa tem recepcionado suplementações e remanejamentos. Isso é previsto no nosso ordenamento jurídico. E apenas por conta disso eu aprovei o Orçamento.

Eu tenho uma observação a fazer com relação ao orçamento da Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda. A proposta para 2010 enviada pelo Governo é uma proposta 8% menor do que a de 2009. E a receita estimada para o Orçamento de 2010 é 12% maior. Então, a receita cresceu 12% e o orçamento da Secretaria de Desenvolvimento Social decresceu 8%, tendo ainda o seguinte agravante: a Secretaria de Desenvolvimento Social está universalizando o atendimento no Programa Vida Melhor dos cartões de transferência de renda. Como disse o Deputado Milton Barbosa, ainda temos cerca de 30 mil. Nós temos ainda alguma divergência se é 10 mil ou 30 mil, mas não importa, que fosse uma família fora desse programa, que é importante para garantir principalmente a alimentação da família, já seria relevante, além de vários outros serviços que foram implementados dentro deste Governo.

Também por conta disso, eu, como Secretária, não fiz o lançamento no sistema, porque não concordei, e mandei várias correspondências ao Secretário de Planejamento dizendo que não concordava com o orçamento que estava sendo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 12 2009	0h25min	53ª Sessão Extraordinária	31

proposto. E também enviei para esta Casa, no dia 25 de novembro, uma correspondência à Presidência que não chegou à CEOF. Esta correspondência também relatava essas mesmas dificuldades. Existe uma diferença de 46 milhões a menos.

Então, Sr. Presidente, estou fazendo a minha declaração de voto dizendo que votei "sim" ao Orçamento, mas na perspectiva de que ele tem que ser alterado e de que estarei nesta Casa, na primeira semana de fevereiro, para que possamos discutir essa questão e outras que foram levantadas, se for o caso.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência indaga ao Deputado Alírio Neto, ao Deputado Batista das Cooperativas, ao Deputado Raimundo Ribeiro, ao Presidente em exercício desta Casa, Deputado Cabo Patrício, que tão bem conduziu os trabalhos, quais foram os acordos para votação dos requerimentos da autoconvocação.

Esta Presidência vai suspender os trabalhos por 5 minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa à 1h26min, a sessão é reaberta às 2h15min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Está reaberta a sessão.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de, novamente, esclarecer um ponto que me parece não ficou muito bem situado.

Quando eu falei acerca da questão de que teria sido solicitado pelo Deputado Chico Leite de que eu e o Deputado Alírio Neto comparecêssemos à sala do Presidente Deputado Cabo Patrício, na verdade o Deputado Chico Leite não nos levou para fazer acordo nenhum. Ele apenas, naquele momento, nos falou do impasse que tínhamos. Fomos até a sala, com a presença de diversos Parlamentares, e lá tivemos a oportunidade de acertar que vários itens de dissenso seriam colocados aqui no plenário para que pudéssemos discutir.

Então, se por acaso a minha intervenção causou algum desconforto a qualquer um dos Parlamentares, principalmente ao Deputado Chico Leite sobre o qual fiz a citação nominal, eu peço que nos desculpem. Não houve nenhuma intenção de trazer uma situação que não correspondesse àquilo que efetivamente aconteceu. Ou seja, estávamos apenas buscando uma conversa atrás evidentemente de se fazer algum consenso que pudesse levar adiante essas questões que estavam naquele momento ainda sendo alvo de dissenso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 12 2009	0h25min	53ª Sessão Extraordinária	32

Muito obrigado.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dar o meu testemunho ao Deputado Raimundo Ribeiro. Na verdade, houve provavelmente um mal entendido. Há um momento em que acabamos tendo uma certa energia, uma adrenalina a mais no plenário e acabamos, às vezes, nos precipitando de alguma forma.

Eu, na verdade, também saí com uma sensação semelhante a sua e depois, ao conversarmos aqui, chegamos à conclusão de que não.

Sr. Presidente, eu queria aproveitar a oportunidade e parabenizar a Casa pela forma com que V.Exa. vem conduzindo os trabalhos até agora. Só me senti contrariado quando pedi vistas e V.Exa. não me concedeu, mas na verdade acho que até procedeu o indeferimento do requerimento.

Eu quero dizer para quem está nos ouvindo agora, para quem acompanha o trabalho da Casa até este momento, que a Câmara Legislativa não se furtou nem se furtará em acompanhar toda essa crise que está acontecendo no Distrito Federal, mas com responsabilidade. Com responsabilidade com a sociedade, com os compromissos que esta Casa tem com o Distrito Federal, com o povo de Brasília e principalmente com a certeza de que esta crise é muito menor do que Brasília. Brasília tem que ser maior e sair mais fortalecida desse processo.

Dentro desse aspecto, lembro que a Câmara Legislativa, através do nosso Corregedor, Deputado Raimundo Ribeiro, já notificou as pessoas, os Parlamentares mencionados. Temos à disposição, tanto a Situação como a Oposição – eu quero deixar claro, apesar de termos diferenças – de fazer a autoconvocação, como bem disse o Deputado Reguffe, sem nenhuma despesa para o Erário, para que a Casa trabalhe no recesso – pelo menos em determinado momento – para a apuração de todos os fatos que estão sendo noticiados e que estão sendo mencionados no tal inquérito da Polícia Federal que, quero deixar claro, ainda não foi concluído.

Portanto, é fundamental que aguardemos essa conclusão e os andamentos dos fatos. Mas a Câmara Legislativa vai acompanhar – estamos acertando apenas detalhes de qual seria o rito, a forma de tramitação e os prazos. Efetivamente os dois grupos, tanto a Oposição quanto a Situação tem interesse na disposição de autoconvocação desta Casa. Isso tem que ficar bem claro.

Portanto, já é um encaminhamento para o entendimento dessa proposta de autoconvocação da Casa agora no mês de janeiro.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Alírio Neto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 12 2009	0h25min	53ª Sessão Extraordinária	33

Foram indicados os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito. A Presidência comunica as indicações partidárias da composição nominal da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 1.926, de 2009. É a seguinte: titulares, os Deputados Alírio Neto, Batista das Cooperativas, Paulo Tadeu, Raimundo Ribeiro e Deputada Eliana Pedrosa. Suplentes: Deputados Benício Tavares, Wilson Lima, Chico Leite, Cristiano Araújo e Paulo Roriz. Solicito a publicação no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal de amanhã.

Solicito também que seja republicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal de amanhã que a comissão especial que analisará o crime de responsabilidade seja composta por 5 membros, a exemplo da Comissão Parlamentar de Inquérito e das demais comissões que funcionam nesta Casa, ao tempo em que ficam os blocos partidários com prazo até o dia 11 de janeiro de 2010 para indicação dos membros que irão compor. O bloco que quiser tem que esperar publicar no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal até o dia 11. Então, o Corregedor, Deputado Raimundo Ribeiro, já notificou todos os Parlamentares citados na investigação.

Fica suspenso o recesso parlamentar da Câmara Legislativa do Distrito Federal, com autoconvocação para o dia 11 de janeiro de 2010 para tratar do crime de responsabilidade do Governador do Distrito Federal e para também atuar na Comissão Parlamentar de Inquérito. Às 10 horas do dia 11, haverá eleição da Comissão de Constituição e Justiça com a sua nova recomposição.

Ficam os blocos partidários então, a partir de quinta-feira, de indicar os membros que irão participar da Comissão de Constituição e Justiça. Às 11 horas, eleição da comissão especial, e às 12 horas, eleição do Presidente e do Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito. As 3 comissões, tanto a Comissão de Constituição e Justiça, como a comissão especial e Comissão Parlamentar de Inquérito serão feitas aqui no plenário desta Casa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, apenas para que eu possa entender. No dia 11, haverá a instalação da comissão especial, porque a eleição...

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Instalação da comissão especial com a respectiva eleição do Presidente e do Relator.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – É porque, como foi lido, é como se fosse a indicação, ou alguma coisa assim, eu não me lembro ao certo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 12 2009	0h25min	53ª Sessão Extraordinária	34

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Até o dia 11, a indicação dos 5 membros que farão parte da comissão especial.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – E no próprio dia 11...

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Até o dia 11, porque será publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal amanhã que a composição será de 5 membros.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sim, mas eu gostaria só que, se fosse possível, V. Exa. lesse apenas o que diz respeito à comissão especial no dia 11.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Em relação à comissão especial no dia 11, os membros que forem publicados no Diário Oficial da Câmara Legislativa do Distrito Federal se reunirão às 11 horas e elegerão o Presidente e o Relator.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Porque não é isso que foi lido aqui, se não me falha a memória, mas apenas para retificar, para ficar claro. Então, até o dia 11 serão publicados os nomes, e no próprio dia 11 se instalará a comissão especial, elegendo-se, portanto, o Presidente e o Relator.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Presidente e Relator.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – No dia 11, às 11 horas, no plenário da Câmara Legislativa.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é bom ficar bem claro que nós vamos seguir o rito em vigor previsto na Lei Orgânica do Distrito Federal, no art. 104 e nos seus parágrafos e incisos que estão em vigor. Portanto, a previsão de admissibilidade é na Comissão de Constituição e Justiça, por isso é necessário fazer eleição.

É bom também ficar claro que a CPI vai ter a sua instalação no dia 11, como estamos combinando, e logicamente o mais rápido possível, a eleição dos seus membros. Portanto é necessário que os blocos parlamentares façam a indicação dos membros, tanto da CPI quanto da CCJ, para que possamos imediatamente cumprir aquilo que foi determinado pela decisão do Plenário desta Casa.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já por algumas vezes pude pronunciar que a autoconvocação, na minha opinião,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 12 2009	0h25min	53ª Sessão Extraordinária	35

deveria ser imediata. Mas, em relação ao debate da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão Especial, que fizemos incansavelmente durante uma semana – um debate jurídico, com pareceres, com consultoria da Assessoria Legislativa, da Procuradoria –, em nossa opinião, a Comissão Especial faz 2 juízos, inclusive aquele a que há pouco o Deputado Alírio Neto referiu-se como sendo feito pela CCJ.

Quer dizer que o primeiro juízo é a sua admissibilidade pela CCJ, e o segundo, pela Comissão Especial. Há 3 decisões do Supremo Tribunal Federal no sentido de que a Comissão Especial faz os 2 juízos, e exatamente em processos congêneres.

Eu tenho algum receio e, portanto, quero registrar que, quando venho a este microfone, eu estou estendendo minha questão de ordem porque eu acredito que seja importante fazermos esse debate aqui publicamente. O interesse não é violar o devido processo legal, precipitar julgamentos, coisa do gênero. Eu tenho uma preocupação, Sr. Presidente, que é nós seguirmos o processo da lei de maneira que não haja nenhuma nulidade a que tenhamos dado causa. Eu prefiro até que, em havendo arguição de nulidade, que nós estejamos escorados em decisão do Supremo Tribunal Federal e na decisão do Procurador-Geral da Casa. Eu tenho muita preocupação com isso.

Desde o principio dos debates, eu dizia: havia quem entendesse pela Comissão de Constituição e Justiça e havia quem entendesse – conosco – pela Comissão Especial. Eu dizia: uma ou outra tem que começar já, e a escolha é feita com fundamentos jurídicos para que não haja nulidade. De maneira que eu quero fazer o registro aqui de que não há problema em que se faça essa interpretação, Deputado Alírio Neto. Não há nenhum problema.

Eu sou um Parlamentar de construção, de posições definidas e de manifestações públicas. Meus debates são sempre públicos. E eu preciso fazer mencionar que, seja pela CCJ fazendo o primeiro juízo, seja pela Comissão Especial fazendo o primeiro juízo, há um segundo juízo que, nesse caso, será necessariamente pela Comissão Especial. Que se começasse já, mas que se pudesse registrar o posicionamento, porque, em caso futuro – eu quero alertar todos os colegas – em caso futuro em que haja arguição de nulidade, nenhum de nós que fizemos registro poderemos ser considerados responsáveis porque tivemos boa fé de fazer o debate jurídico sincero, sem perseguições e sem proteções.

É isso, Sr. Presidente. É por isso que eu fiz questão de fazer esse registro.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Chico Leite.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 12 2009	0h25min	53ª Sessão Extraordinária	36

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço autorização de V.Exa. para fazer a leitura do requerimento, até para corroborar o que foi dito aqui pelos Deputados Chico Leite e Alírio Neto.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Acato a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – “Requerimento de autoria de vários Deputados, que requer a autoconvocação da Câmara Legislativa do Distrito Federal no período compreendido entre os dias 11 e 31 de janeiro de 2010, para proceder às diligências, investigações e deliberações referentes ao Requerimento nº 1.927, de 2009, de instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito, bem como dar continuidade à tramitação dos pedidos de abertura de processo de Crime de Responsabilidade do Governador do Distrito Federal.

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, requero de V.Exa., nos termos da Lei Orgânica, art. 67, incisos II e III, e do Regimento Interno, art. 135, inciso III, e, inciso IV, d, a autoconvocação da Câmara Legislativa do Distrito Federal no período compreendido entre os dias 11 e 31 de janeiro de 2010, para proceder às diligências, investigações e deliberações referentes ao Requerimento nº 1.927/2009, de instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito, bem como dar continuidade à tramitação dos pedidos de abertura de processo de Crime de Responsabilidade do Governador do Distrito Federal, que deverá ser encaminhado os pedidos à Comissão de Constituição e Justiça para análise da admissibilidade e, posteriormente, se for o caso, encaminhado à Comissão Especial, composta por 5 membros para emissão de competente parecer.

Justificação:

A presente proposição tem por objetivo manter o funcionamento desta Casa Legislativa durante o período do recesso parlamentar regimental, visando possibilitar imediata apuração dos fatos constantes do Requerimento nº 1.927/2009, de instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito, bem como facilitar a tramitação dos pedidos de abertura de processo de Crime de Responsabilidade do Governador do Distrito Federal.

Quanto aos fatos constantes do Requerimento nº 1.927/2009, é de se salientar que, com o deslinde das diligências referentes à CPI durante o período de recesso, será possível dar um encaminhamento adequado aos pedidos de apuração de Crime de Responsabilidade do Governador do Distrito Federal e demais autoridades, bem como procedimentos referentes à apuração de possível punição por quebra de decoro parlamentar.

Acerca da tramitação dos pedidos de *impeachment*, o Governador está sendo investigado pelo Inquérito nº 650/2009, do Superior Tribunal de Justiça, de relatoria do Exmo. Ministro Fernando Gonçalves, em que se apontam possíveis desvios de dinheiro público, possíveis crimes cometidos no exercício do mandato.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 12 2009	0h25min	53ª Sessão Extraordinária	37

A autoconvocação será um instrumento necessário e suficiente para o fortalecimento das ações do Poder Legislativo em uma de suas funções precípuas: a fiscalização.

Importante salientar que a autoconvocação não implicará aumento de despesa para esta Casa, uma vez que o referido procedimento impede a percepção de subsídios complementares ou suplementares por parte dos Parlamentares e demais servidores.

Diante do exposto, conclamamos os nobres pares para a imediata apreciação da presente proposição.”

No momento em que assino o requerimento, conclamo todos os Parlamentares que queiram fazê-lo, a assiná-lo imediatamente.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO Nº 1.935/2009, LIDO PELO
DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 12 2009	0h25min	53ª Sessão Extraordinária	38



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Em 16/12/09
Assinatura da Presidência

RQ 1935/2009

REQUERIMENTO Nº
(Autoria: VÁRIOS DEPUTADOS)

Requer a **AUTOCONVOCAÇÃO**, da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no período compreendido entre os dias 11 e 31 de janeiro de 2010, para proceder as diligências, investigações e deliberações referentes ao Requerimento nº 1927/2009, de instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito, bem como dar continuidade à tramitação dos pedidos de abertura de processo de Crime de Responsabilidade do Governador do Distrito Federal.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL:

Requeiro de Vossa Excelência, nos termos da Lei Orgânica, art. 67, II e III, e do Regimento Interno, art. 135, inciso III, "e" e inciso IV, "d", a **AUTOCONVOCAÇÃO**, da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no período compreendido entre os dias 11 e 31 de janeiro de 2010, para proceder as diligências, investigações e deliberações referentes ao Requerimento nº 1927/2009, de instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito, bem como dar continuidade à tramitação dos pedidos de abertura de processo de Crime de Responsabilidade do Governador do Distrito Federal, que deverá ser encaminhado os pedidos à Comissão de Constituição e Justiça para análise da admissibilidade e posteriormente, se for o caso, encaminhado à Comissão Especial composta por cinco membros, para a emissão do competente parecer.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição tem por objetivo manter o funcionamento desta Casa Legislativa, durante o período do recesso parlamentar regimental visando possibilitar imediata apuração dos fatos constantes do Requerimento nº 1927/2009, de instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito, bem como, facilitar a tramitação dos pedidos de abertura de processo de Crime de Responsabilidade do Governador do Distrito Federal.

Quanto aos fatos constantes do Requerimento nº 1927/2009, é de se salientar que com o deslinde das diligências referentes à CPI, durante o período de recesso, será possível dar um encaminhamento adequado aos pedidos de apuração de Crime de Responsabilidade do Governador do Distrito Federal e demais

[Handwritten signatures]



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 12 2009	0h25min	53ª Sessão Extraordinária	39



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

autoridades, bem como procedimentos referentes à apuração de possível punição por quebra de decoro parlamentar.

Acerca da tramitação dos pedidos de “Impeachment” o Governador está sendo investigado pelo Inquérito nº 650/2009 do Superior Tribunal de Justiça, de relatoria do Exmo. Ministro Fernando Gonçalves, onde se apontam possíveis desvios de dinheiro público, possíveis crimes cometidos no exercício do mandato.

A AUTOCONVOCAÇÃO será um instrumento necessário e suficiente para o fortalecimento das ações do Poder Legislativo, em uma de suas funções precípua, a fiscalização.

Importante salientar que a AUTOCONVOCAÇÃO não implicará em aumento de despesa para esta Casa, uma vez que o referido procedimento impede a percepção de subsídios complementares ou suplementares por parte dos parlamentares e demais servidores.

Diante do exposto, conclamamos os nobres pares, para imediata apreciação da presente proposição.

Dep. **BATISTA DAS COOPERATIVAS**

Dep. **BENEDITO DOMINGOS**

Dep. **BENICIO TAVARES**

Dep. **BISPO RENATO**

Dep. **BRUNELLI**

Dep. **CABO PATRÍCIO**

Dep. **CHICO LEITE**

Dep. **ALIRIO NETO**

Dep. **CRISTIANO ARAÚJO**

Dep. **DR. CHARLES**

Dep. **ELIANA PEDROSA**

Dep. **ERIKA KOKAY**

Dep. **EURIDES BRITO**

Dep. **JAQUELINE RORIZ**

Dep. **LEONARDO PRUDENTE**

Dep. **MILTON BARBOSA**

Dep. **PAULO TADEU**

DEP. **PAULO RORIZ**



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 12 2009	0h25min	53ª Sessão Extraordinária	40



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

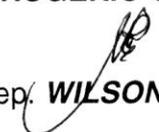

Dep. **AYLTON GOMES**


Dep. **RAIMUNDO RIBEIRO**

Dep. **REGUFFE**

Dep. **ROGÉRIO ULYSSES**


Dep. **RÔNEY NEMER**


Dep. **WILSON LIMA**

Sala das Sessões, em de dezembro de 2009.





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 12 2009	0h25min	53ª Sessão Extraordinária	41

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Solicito a V.Exa. que assine, colha a assinatura dos demais Parlamentares e encaminhe à Mesa para que seja protocolado na Assessoria de Plenário em função da necessidade de fazer a votação do referido requerimento.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, tenho uma dúvida que eu gostaria de retirar. Meu partido, o Partido Socialista Brasileiro – PSB, em uma reunião da Executiva, orientou-me a retornar à Presidência da Comissão de Constituição e Justiça para dar total celeridade e transparência a qualquer procedimento que ali tramitasse, inclusive a apuração do crime de responsabilidade contra o Governador.

A minha dúvida é se permanece a mesma composição nessa autoconvocação da Câmara Legislativa ou se haverá alguma mudança, até porque estou, no momento, lutando para provar a minha inocência contra essas acusações covardes que estão sendo feitas contra mim. Quero fazer da minha ação na Presidência da Comissão de Constituição e Justiça uma referência de que nada temo, de que nada devo, e quero dar celeridade a todos os procedimentos.

É importante que essa dúvida seja dirimida para que eu possa me posicionar a partir de então.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputado Rogério Ulysses, entendo o comprometimento de V.Exa, mas na reunião, como foi definido, venceu o prazo das comissões e elas precisam ser recompostas em função da nova composição de forças desta Casa.

Então, amanhã haverá a publicação da composição da Comissão Especial. Também será publicada a indicação dos membros. Quanto à Comissão de Constituição e Justiça, os blocos indicarão os Parlamentares que farão parte dela e, no dia 11, na autoconvocação, será feita a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão, com uma nova composição, que poderá, inclusive, contemplá-lo ou não, dependendo da indicação dos membros de cada bloco partidário, em função da nova composição, e haverá eleição para que se possa apreciar, inclusive, o processo de crime de responsabilidade.

Solicito atenção aos Parlamentares e à Assessoria de Plenário, que estão de costas para a Mesa e para os Parlamentares que estão fazendo uso da palavra, para que possamos adiantar os trabalhos.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 12 2009	0h25min	53ª Sessão Extraordinária	42

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, conforme falou o Deputado Chico Leite, defendo que a autoconvocação seja imediata.

Minha fala é sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu queria saber de V.Exa., Presidente desta Casa, se aqueles Parlamentares que não fazem parte dessa Comissão Parlamentar de Inquérito podem participar das investigações e, inclusive, das reuniões fechadas da Comissão, ou se isso é uma questão *interna corporis* da Comissão Parlamentar de Inquérito. Essa é uma decisão do Presidente da Comissão e dos 5 membros, ou há uma decisão desta Casa que permite que os Parlamentares que não sejam membros da Comissão Parlamentar de Inquérito possam participar inclusive das reuniões fechadas?

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputado Reguffe, é regimental que todo Parlamentar possa participar de qualquer Comissão, seja das comissões permanentes ou... V.Exa. é Parlamentar, é Deputado desta Casa, mesmo nas reuniões fechadas. Deputado que não faz parte da Comissão não vai ter direito a voto, mas, com certeza, será franqueado o acesso a qualquer reunião reservada ou fechada.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, o Deputado vai poder fazer parte das investigações mesmo nas reuniões fechadas?

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Vai fazer parte das reuniões. A Comissão é formada por 5 membros. V.Exa. ou qualquer outro Deputado, não se sabe se V.Exa. vai ser contemplado ou não. Tem de se respeitar, dentro da Câmara Legislativa, a proporcionalidade de cada bloco. É regimental.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, eu já sei que não vou participar. V.Exa. já leu os nomes, respeito isso, inclusive, por ser o único Deputado do meu partido, é regimental, estou de pleno acordo. O meu questionamento é se os Parlamentares que não fizerem parte da CPI vão poder participar das investigações, incluindo as reuniões fechadas.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Com certeza, V.Exa. pode participar das reuniões, mas não terá direito a voto. Não há reunião fechada para Parlamentar. Deputado não pode ser excluído de nenhuma apreciação em lugar nenhum nesta Casa. Não tem as mesmas prerrogativas de Deputado da Comissão, mas poderá assistir à reunião, participar internamente da reunião, mas não participará do processo de investigação, não terá direito a voto. O Presidente da Comissão é que dita qual é o procedimento.

DEPUTADO REGUFFE – Mas com relação ao processo de investigação, não pode participar do processo de investigação? É uma questão de ordem. Quero saber da Mesa Diretora se esta pode deliberar sobre isso ou se é uma decisão *interna corporis* da Comissão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 12 2009	0h25min	53ª Sessão Extraordinária	43

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Se V.Exa. tiver qualquer fato, Deputado Reguffe, que possa ser apresentado a Comissão Parlamentar de Inquérito, com certeza os Parlamentares vão receber não só V.Exa., como qualquer cidadão. Pode colaborar, pode ajudar, pode contribuir, como qualquer cidadão. Pode acompanhar onde tiver que ir.

DEPUTADO REGUFFE – Mas pode acompanhar as investigações, incluindo as reuniões fechadas? Isso não está claro.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputado Reguffe, vou dar o encaminhamento desta questão de ordem por escrito a V.Exa., de acordo com o Regimento Interno da Câmara. Vou encaminhar ao gabinete de V.Exa por escrito, de acordo com o Regimento Interno, o funcionamento de todas as comissões.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, creio que o Regimento é bastante claro, já temos algumas experiências em CPIs, que a pessoa que não integra a CPI não tem direito a voto e não tem prevalência na fala, mas tem direito à fala e pode também participar das diligências se assim o quiser, como de qualquer tipo de reunião. Creio que nunca nesta Casa se proibiu ou se impediu qualquer Parlamentar de acompanhar todas as diligências. Quero apenas dizer ao Deputado Reguffe que, no nosso entendimento, que é o entendimento regimental, o Parlamentar tem as suas prerrogativas, do direito à fala, enfim, de participar das diligências se assim for o caso.

Mas eu me inscrevo aqui, Sr. Presidente, primeiro porque, analisando o roteiro feito no processo de *impeachment* pelo consultor legislativo desta Casa, há um procedimento baseado na decisão do Supremo, e diz que a Comissão Especial – só retificando aquilo que foi dito – tem que ser eleita. Então, eleita em Plenário. Obviamente, com os nomes indicados segundo a proporcionalidade, mas eleita em Plenário. Então, se nós formos eleger a Comissão no dia 11, há que se ter *quorum*, ou seja, os Parlamentares devem estar aqui, mesmo que não sejam da Comissão.

Segundo, nós não temos nenhuma segurança em mudarmos aqui o rito previsto pelo parecer dos servidores de carreira desta Casa. Portanto, nós não temos como aqui já acordar qualquer tipo de procedimento e tramitação no que diz respeito à CCJ.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, essa questão de procedimento – sabem muito bem o Deputado Chico Leite e a Deputada Erika Kokay – só se verificará quando da instalação das



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 12 2009	0h25min	53ª Sessão Extraordinária	44

comissões. Não vamos entrar em detalhes agora, não vamos chegar a lugar nenhum. Os procedimentos vão ser postos, vão ser estudados lá, com as normas que têm, as normas em vigor. Paciência, vamos avançar.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quanto à questão procedimental, basta que a Comissão aplique o procedimento citado pela Deputada Erika Kokay, porque é o da lei. De maneira que é óbvia a aplicação. Nós não queremos nenhuma nulidade, e é o que eu estimo.

Mas eu não me inscrevi para falar sobre isso. Eu imaginava que o debate era sobre a participação de Parlamentar. Eu quero dizer ao Deputado Reguffe que S.Exa. tem o nosso integral apoio, e o Regimento não veda. Se não veda, não pode haver outra vedação do intérprete. Só não tem direito a voto. Tudo o mais, não me refiro aqui a diligências apenas, mas a voz, ao debate, a apresentação de provas, que pode ser feita por qualquer cidadão. De maneira que pode participar integralmente.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para me dirigir a este Plenário e agradecer a V.Exa. Eu, como membro da Mesa Diretora, conduzi os trabalhos na votação de segundo turno, indeferi algumas questões de ordem da Deputada Erika Kokay, garantindo a este Plenário a total transparência e a condução dos trabalhos como já havia sido mais ou menos acordada para o procedimento da votação da instalação tanto da CPI, da validade da Comissão de Constituição e Justiça, bem como a criação da Comissão Especial. Então, dei a palavra, garanti isso, e V.Exa. está referendando isso aqui, agora.

Da nossa parte, fomos orientados também pela Assessoria da Mesa, que nos deu respaldo e eu dei a resposta para a Deputada Erika Kokay quando fez a questão de ordem. Se votássemos o Orçamento em segundo turno, acabaria ali. Nós cumprimos o que foi acordado, e V.Exa., com toda a elegância, com toda a transparência, conduziu os trabalhos muito bem até agora nesta Casa. Parabéns!

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Wilson Lima. O acordo foi cumprido.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não há dúvida nenhuma de que a questão do rito da Comissão Especial é complexa, por tudo que já foi analisado, dito, revisto. Não vamos tirar daqui essa questão que, de fato, é um rito complexo, tanto é que já foi fruto de diversos processos, não só



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 12 2009	0h25min	53ª Sessão Extraordinária	45

nas Casas Legislativas, bem como no Supremo. Agora, para mim, Sr. Presidente, eu quero dizer a V.Exa. e aos demais Parlamentares: há uma questão de mérito que é o mais importante nesta discussão hoje, e ninguém pode tirar isso da Câmara neste momento.

O que é mais importante neste momento? A Câmara Legislativa chegou a um acordo, por meio da Mesa Diretora, de abrir um processo de investigação contra os Parlamentares. Durante o debate de hoje, avançamos para a abertura de processo por crime de responsabilidade contra o Governador. É isso que estamos discutimos. É o mérito. A Câmara tem um consenso: assim como os Parlamentares estão sendo investigados, a Câmara também vai investigar o Governador. Esse mérito não pode se perder nesta discussão. É importante esclarecermos isso para a sociedade e para a imprensa que está aqui, inclusive, assistindo a esta sessão. Este mérito está aprovado por consenso. A Câmara também vai investigar o Governador.

A terceira questão, que é fundamental: a abertura da CPI, que tem como objeto analisar este conjunto de coisas que envolvem todas as denúncias, que é outro mérito que não dá para tirar. Então, o que eu quero propor aos Parlamentares e a esta Casa, sem prejuízo dos encaminhamentos já tirados, porque senão perdemos a importância do mérito, nós temos até o dia 11 para a indicação dos membros das 3 Comissões citadas: a CCJ, a Comissão Especial e a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Ora, para que não cometamos nenhum erro processual, para que depois não sejamos acusados de termos provocado um erro proposital e, a partir daí, haja a anulação de um ou de outro processo – porque isso vai desgastar muito a imagem da Câmara, irá desgastar muito a imagem dos Parlamentares. Nós temos este prazo, até a instalação no dia 11 de janeiro, para chegarmos a um consenso do ponto de vista do rito.

Então, a minha sugestão é que fechemos nos 3 méritos, que são: o processo contra os Parlamentares, o processo contra o Governador e a CPI. E deixemos para que no dia 11 possamos ter uma clareza de qual será o rito, em especial o que mais causa dúvida hoje, porque é realmente complexo, que é o rito com relação ao processo do Governador. Porque senão, daqui a pouco, o que sairá para a sociedade é que nós estamos fazendo uma série de coisas erradas para depois o processo ser anulado.

Pelo que eu estou assistindo aqui hoje, não é esse o objetivo dos Parlamentares. Não é esse o objetivo dos Parlamentares! Então, eu quero pedir, de uma maneira muito tranquila, a todos que possamos encaminhar os méritos que são fundamentais para uma resposta à sociedade, e até o dia 11 que possamos construir com esta Casa um rito de consenso em que não haja dúvida e em que não pare nenhuma incerteza de que o processo possa ser anulado. Seja o processo contra o Governador, seja o processo contra os Parlamentares.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 12 2009	0h25min	53ª Sessão Extraordinária	46

Mas agora, o caso específico é com relação ao Governador. Então, é esse o meu encaminhamento.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu quero dizer que concordo plenamente com as palavras do Deputado Paulo Tadeu. Eu acho que S.Exa. acertou nas propostas aqui colocadas e na maneira como foram coladas. É o mais acertado. A Casa não está se furtando a discutir nenhuma das questões que foram levantadas. Agora, já fica definida a data em que os trabalhos terão continuidade, e também com uma definição bem clara do mérito, para que não possamos errar.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa. e os nobres Pares vão nos permitir, eu vou fazer uma observação: o que está escrito aqui foi construído a duras penas em um consenso. Não ouvi alguém falar diferente do que eu vou falar aqui: todos nós desejaríamos que a convocação começasse já! Chegou-se a um consenso.

Perdoem-me, eu sou neófito em política, sou de primeira eleição, primeiro mandato e vou demorar a me acostumar. Não sei se vou me acostumar com determinadas coisas que vou dizer aqui.

Não vi ninguém da Oposição, meus amigos Deputada Erika Kokay, Deputado Paulo Tadeu, Deputado Chico Leite, Deputado Cabo Patrício, Deputado Rogério Ulysses e Deputado Reguffe, dizer que não assinaria o requerimento. E nenhum deles assinou! Eu não entendo isso. Não consigo entender.

Isso aqui foi acordado, como foi a CPI dos 22, e não se assina. Eu queria saber: por que não se assina? Lá não foi dito nada! Talvez, amanhã, uma exploração qualquer nos ritos, nos procedimentos que o Deputado Paulo Tadeu acaba de falar, não se envolveram: “Eu não assinei”. Isso, a meu sentir, é esperteza. Não estou falando em rito, estou falando é de ausência de assinatura num acordo que foi feito. E, perdoem-me, eu não ouvi ninguém que não assinou falar que não ia assinar. Eu não entendo. Perdoem-me, não consigo entender o porquê.

Estão aqui os requerimentos, os ritos. Ninguém se furtou a nada aqui. O rito será estabelecido quando as comissões começarem a se instalar. Perdoem-me, não consigo entender por que não assinaram.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 12 2009	0h25min	53ª Sessão Extraordinária	47

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, vou tentar ser o mais transparente possível.

A nossa proposta foi muito clara. A nossa proposta foi não votarmos aqui, hoje, a Lei Orçamentária, continuarmos a discussão e fazermos a convocação imediata. Portanto, não digo que esta foi uma proposta pensada por nós; foi a proposta que foi possível ser estabelecida frente à tudo que nós vivenciamos hoje nesta sessão.

Então, nós temos divergências. Há uma proposta do Deputado Paulo Tadeu que nós temos a tendência de aceitá-la. É uma proposta para que possamos... O rito não é uma coisa menor. A nosso ver, o rito pode ter um peso de definição do próprio mérito. O que nós estamos propondo... O requerimento está aí. Com a nossa assinatura ou sem a nossa assinatura, ele está aí, é o que existe, é o que foi possível construir. Agora, nós precisamos tirar um procedimento, que me parece que teria de ser o mais rápido possível, para podermos discutir essa tramitação, como será essa tramitação. Nós tememos que a passagem pela CCJ... Pode ser que estejamos errados, porque estamos todos ainda...

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputada Erika Kokay, qual é a questão de ordem de V.Exa.?

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, é para que nós estabeleçamos uma discussão sobre o rito ainda nesta semana, para podermos amadurecer, porque temo que, no dia 11, nós estejamos sem o rito definido e que não seja possível construir um procedimento.

Era apenas isso.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputado Milton Barbosa, acho que não podemos entrar nessa discussão, porque fizemos uma extensa e difícil discussão ali dentro.

Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – O procedimento já está posto. Se ele está certo ou errado, ele está posto. É a norma que está aí. Se houver malferimento à norma, o recurso é no judiciário. É um juiz, em qualquer escala, que deve dizer quem está certo, se vai passar pela CCJ ou não vai. Então, acho que é uma discussão estéril hoje aqui, porque quem vai discutir os procedimentos são as pessoas que vão integrar as comissões, e não é hoje aqui.

Eu continuo estranhando o possível acordo que ocorreu lá, porque vocês não assinaram. Eu assinei o seu, concordei com você, assinei o outro, porque eu sei que as normas que existem são para serem obedecidas. Perdoem-me, mas não entendo o porquê da recusa das assinaturas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 12 2009	0h25min	53ª Sessão Extraordinária	48

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, eu quero dizer que quem marcou esta data como sendo o último dia do ano legislativo não foi a bancada do Governo, não foi a bancada de Oposição desta legislatura. Quem colocou esta data o fez na ocasião da confecção do Regimento Interno. E, se não me engano, o primeiro Regimento Interno é de 1990. Então, não há da parte de nenhum dos grupos aqui intenção de acabar a sessão no dia 15, porque nós não iríamos imaginar isso. Se eu tivesse o poder de adivinhar em 1990 que nós estaríamos aqui fazendo esta discussão, com certeza, eu faria a opção de acertar a sena acumulada. Faria, com certeza, essa opção se eu tivesse o poder de adivinhar.

Então, eu quero deixar bem claro que, se hoje é o último dia, não fomos nós que fizemos isso, foi o destino, foi a coincidência de datas. Agora, uma coisa tem que ficar clara: nós temos consenso, e há momentos em que não há consenso. Então, vamos votar aquilo sobre o qual existe consenso e vamos decidir aquilo sobre o qual não há consenso.

Uma coisa é clara: a partir do momento em que nós não respeitamos nem aquilo que é aprovado por esta Câmara, fica muito complicado imaginar o que está acontecendo aqui com todo esse processo legislativo do Distrito Federal. A Câmara Legislativa aprovou a Lei Orgânica do Distrito Federal. Foi convocada e feita uma eleição constituinte. O artigo que fala como é feita essa tramitação está em vigor. Não há nenhuma ação direta de inconstitucionalidade, e, se houvesse, não haveria decisão. Eu não sei qual é a dúvida.

A lei de 1950 está em vigor. Aquilo que se discute sobre decisões tomadas em outros estados não serve efetivamente para o Distrito Federal, porque lá se tratava de penalidade. Foram questionadas as leis especificamente e as constituintes estaduais sobre penalidades aplicadas na Constituição. Não é o caso do Distrito Federal. Não é o nosso caso.

Eu quero encerrar deixando as coisas bem claras aqui. Há consenso para a autoconvocação a partir do dia 11. Há consenso para a reformulação das comissões, cuja data não fomos nós que marcamos, mas, sim, o Regimento Interno na época da sua confecção, em 1990, ao dizer que, no primeiro mês, nós deveríamos fazer uma nova eleição para os presidentes das comissões. Não fomos nós que marcamos a data para a eleição da Comissão de Constituição e Justiça. É novamente uma coincidência. Isso tem que ficar claro. Então, deverá haver votação.

Eu queria concluir o último item, Sr. Presidente. Gostaria de dizer a V.Exa. que as coisas têm que ficar muito claras. Obviamente, nós até concordamos com as indicações dos nomes para compor a Comissão Especial, mas efetivamente ela não pode ser instalada enquanto não houver sido aprovado na Comissão de Constituição



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 12 2009	0h25min	53ª Sessão Extraordinária	49

e Justiça o juízo de admissibilidade, porque não há lógica em se formar uma comissão se não está nem admitido ainda o requerimento de *impeachment*. Portanto, até fazemos as indicações, mas não aceitamos a instalação ainda.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 18, de 29/01/2010, juntamente com a ata sucinta da 53ª Sessão Extraordinária.)

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou falar porque eu tive o meu nome citado pelo Deputado Milton Barbosa.

Eu só queria afirmar que a ausência da minha assinatura neste requerimento representa a posição de independência do Partido Socialista Brasileiro neste processo. Estou seguindo uma orientação partidária. Não faço parte e rompi com todo e qualquer bloco partidário desta Casa. Por isso, eu não poderia, neste momento, corroborar com este procedimento. Votei contra a votação da LOA e estou aqui reafirmando a posição de independência do Partido Socialista Brasileiro, até porque eu quero provar a minha inocência neste processo e vou fazer isso no fórum adequado. Não assinei porque estou hoje, de forma independente, lutando para provar a minha inocência.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós temos aqui um requerimento que foi aprovado. Eu só quero saber o seguinte: a Câmara Legislativa já está, então, autoconvocada para, a partir do dia 11 de janeiro, deliberar sobre aqueles 3 itens que foram colocados por V.Exa.? É isso?

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Para ratificar: de acordo com o Requerimento nº 1.935, de 2009, de autoria de vários Deputados – há 16 assinaturas aqui. Inclusive, e a Lei Orgânica do Distrito Federal e o Regimento Interno estabelecem que são necessárias 8 e que o requerimento não precisa ir a votação em Plenário. Os Parlamentares tomem ciência de que a Câmara Legislativa está autoconvocada para o dia 11 de janeiro de 2009, com objeto específico: Comissão Parlamentar de Inquérito, eleição da Comissão de Constituição e Justiça



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 12 2009	0h25min	53ª Sessão Extraordinária	50

com a sua nova composição e indicação da Comissão Especial, bem como eleição do Presidente e do Relator, que irá tratar do crime de responsabilidade do Governador.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 3h01min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 29-Suplemento, de 18/2/2009.